

Elementos para o Projeto Político Institucional

**Escola Superior de Auditoria Pública
– ESAP**

Missão, Visão e Valores Institucionais

Diretrizes de Atuação

Tipos de Ações de Educação

Metodologias e Tecnologias de Aprendizagem

Corpo Docente

Este documento está em elaboração. Contribuições são muito bem-vindas.

Agosto 2020

Sumário Executivo do Projeto

Este texto alinha diretrizes de instituição, estruturação e funcionamento da Escola Superior de Auditoria Pública – ESAP, no âmbito do Departamento de Estudo e Pesquisa do Centro de Auditores Públicos Externos do TCE RS – CEAPE–Sindicato, orientado para a promoção do desenvolvimento de ações de educação, pesquisas e publicações nos termos regimentais.

Encerra a proposição inicial acerca do que sejam as diretrizes de *orientação institucional* da Escola, de sua *estrutura e funcionamento*, bem como dos *tipos de ações de educação*, de pesquisa e de publicação.

Lança, ainda, bases para pensar as diferentes abordagens metodológicas possíveis, compatíveis com a natureza da Escola, propósitos e perfil do quadro docente e especificidades do seu corpo discente.

I – Contextualização

O desafiante cenário em que se inserem a sociedade, o estado e a administração pública representa proporcional oportunidade de transformações pela via da alavancagem das capacidades não somente dos atores estatais, como dos cidadãos. Nesse arranjo se insere com pronunciado destaque os organismos e agentes que conformam o particular campo do controle com suas diferentes interfaces institucionais.

Nesse espaço destacam-se os agentes públicos – agentes políticos e servidores públicos – interagentes no ciclo de gestão pública em cujo centro estão os órgãos de planejamento, de execução e de controle.

Trata-se de um ambiente complexo – plural, multifacetado e dinâmico – intensivo em pessoas e conhecimento, sob fortes tensões por recursos e demandas sociais crescentes e legítimas.

Responder a esses desafios, entre outros importantes aspectos, requer intensos investimentos de produção, disseminação e mobilização de conhecimento. É neste contexto que se insere a Escola Superior de Auditoria Pública – ESAP que, em consonância com as suas diretrizes regimentais destina-se a promover, segundo diferentes arranjos organizacionais – parcerias, convênios, cooperação, etc. – *ações de educação* (cursos, seminários, e afins para o desenvolvimento de competências), *pesquisas* (estudos, pesquisas, etc. para a produção de conhecimento) e *publicações* (cadernos, periódicos, livros, etc. para a mais ampla disseminação de conhecimento).

Outras tendências e cenários:

- Exigência de maior qualificação das burocracias, especialmente no plano local;
- Carreiras essenciais em busca de diferenciação;

- Educação a distância eliminando fronteiras;
- Demandas para atender licenças capacitação;
- Formação para consultoria;
- Novas metodologias, andragogia e heutagogia, etc.

II – Missão Institucional da ESAP

Contribuir com a ampliação das capacidades estatais pelo desenvolvimento de competências necessárias ao desenvolvimento dos governos, da administração pública e da sociedade.

III – Visão Institucional da ESAP

Constituir-se como órgão de reconhecida excelência na promoção de ações de educação, produção e disseminação de conhecimento no campo do controle da administração pública.

IV – Valores Institucionais da ESAP

Excelência técnica, científica e profissional

Integridade

Transparência

Colaboração

Autonomia

V – Diretrizes de Atuação

Constituem algumas das diretrizes fundamentais a pautarem a realização de ações de educação as seguintes:

1. Desenvolvimento de ações de educação definidas a partir das reais necessidades de desenvolvimento de capacidades estatais e competências técnicas e gerenciais no campo do controle da administração pública orientadas pelo interesse público e com vistas à criação de valor público e transformação da sociedade;
2. Por ações de qualidade se entendem aquelas que atendam prioritária e efetivamente às necessidades de capacitação dos interessados;
3. Desenvolvimento e adoção de metodologias de aprendizagem inovadoras e compatíveis com o campo de atuação da Escola;
4. Formato de atuação em rede, privilegiando a cooperação e parcerias;
5. Soluções em educação inspiradas na multidisciplinaridade, na criatividade e na inovação de conteúdo e metodológica;
6. Constituição de um quadro docente qualificado em termos de formação acadêmica, experiência profissional e comprometimento com o interesse público;
7. Valorização do docente e estímulo ao seu desenvolvimento contínuo;

VI – Tipos de Ações

A proposta institucional da Escola assenta-se na promoção de ações de educação, pesquisas e publicações capazes de gerar aprendizagem significativa e transformadora em matéria de desenvolvimento de competências para atuação transformadora na administração pública e na sociedade.

Essas ações desenvolvem-se em dois grandes eixos:

- Formação Profissional – dirigida a *agentes públicos* (servidores e agentes políticos) das três esferas federativas e poderes, e *outros profissionais* interessados em administração pública;
- Formação para a Cidadania – dirigida a pessoas da sociedade interessadas especialmente em ações de educação orientadas para a promoção da *cidadania* e o *controle social* ou *preparação* para concursos públicos.

São produtos passíveis de serem desenvolvidos pela Escola, conforme o estágio de maturidade em que estiver no transcurso de seu processo de institucionalização e, especialmente, das necessidades identificadas e deliberações sobre prioridades:

1. Cursos – oferecidos nas modalidades de cursos “livres”, de extensão, de aperfeiçoamento e de pós-graduação;
2. Seminários, encontros técnicos e afins;
3. Pesquisa e produção de conhecimento;
4. Publicações (livros, manuais, coletâneas, periódicos, relatórios de estudos, apostilas e outras).

A promoção destas ações de educação poderá se processar de forma autônoma ou mediante parcerias firmadas a partir de protocolos de cooperação acadêmica com Universidades ou outras Instituições de Ensino Superior (IES) do País ou do exterior, outras Escolas de Governo e de

Contas, e outras entidades qualificadas e devidamente reconhecidas que atuam no segmento de educação.

Promover a realização de estudos, pesquisas e publicações constitui uma forma de produzir, assentar e disseminar conhecimento significativo e de impacto para a administração pública.

VII – Parcerias e Rede de Colaboração

- Universidades e outras IES (públicas e privadas);
- Escolas de Governo;
- Escolas de Contas;
- Outras instituições de educação profissional;
- Outras entidades de representação, associações, etc.

VIII – Metodologias e Tecnologias de Aprendizagem

8.1 Modalidades de oferta dos Cursos e demais Ações de Educação

As ações de educação poderão ser desenvolvidas nos seguintes modalidades:

- **Presencial:** oferta com a interação física entre docentes e participantes em sala de aula.
- **Educação a Distância – EaD:** oferta em ambiente virtual de aprendizagem suportado em ambiente virtual de aprendizagem customizado para a Escola – por exemplo, a Plataforma MOODLE, ou

outra, conforme análise de conveniência e oportunidade. As ações de educação, nesta modalidade, são realizadas com o subsídio de material didático (texto de apoio específico para os cursos e demais ações), vídeos (do próprio docente), fóruns (interação assíncrona como docente ou tutor qualificado), chats (interação síncrona com o docente ou tutor qualificado) e outras indicações de recursos bibliográficos ou outras mídias.

- **Semipresencial:** desenvolvimento de ações de educação que combinam encontros presenciais e interação a distância em ambiente virtual de aprendizagem.

O formato das aulas priorizará a combinação de aspectos conceituais e aplicados, seguido de atividades práticas baseadas em apresentação e análise de casos e experiências.

Materiais complementares e exercícios de aprendizagem serão disponibilizados em ambiente virtual para acesso exclusivo dos participantes e compartilhamento de experiências.

As atividades avaliativas dar-se-ão preferencialmente a partir de reflexões e relatos que associem os conteúdos estudados a situações e desafios práticos das lideranças no cotidiano das organizações.

A abordagem didático-andragógica, coerente com as contemporâneas diretrizes de educação a distância, é essencialmente focada no participante, cabendo a este o comprometimento com a participação nas aulas e realização das demais atividades (leituras e exercícios) segundo uma postura autônoma e corresponsável pelo processo de aprendizagem.

8.2 Andragogia: aprendizagem de adultos

O desenvolvimento das ações de educação (a identificação das necessidades, o planejamento, a execução e a avaliação), sem desconsiderar as contribuições oferecidas pelo campo da pedagogia, tem também como orientações estruturantes os valores e práticas de educação

para adultos com vistas à consecução dos propósitos de aprendizagem – *andragogia* (do grego *andros*, adulto, e *gogos*, educar).

Assume-se que os participantes dos Cursos e demais eventos de educação que constituem o campo de incidência da ESAP são peculiares – não somente em termos de objeto de interesse, mas de perfil dos participantes – e, portanto, requerem abordagens de aprendizagem compatíveis.

Desenvolver essas metodologias constitui também uma das diretrizes de atuação da Escola.

O desenho instrucional dos cursos e demais atividades da Escola são baseados em valores como:

- Participante como foco e protagonista do processo de aprendizagem;
- A experiência do participante é ponto de partida para o processo de educação;
- Aplicabilidade prática do conteúdo desenvolvido;
- Desenvolvimento de conteúdo relevante e transformador do comportamento com reflexos sobre a ação dos agentes públicos e demais participantes;
- Flexibilidade no processo de aprendizagem.

8.3 Componentes Metodológicos:

- Conteúdo técnico com sólida sustentação teórico-conceitual;
- Materiais didáticos e demais recursos em linguagem clara, objetiva e consistente;
- Valorização da experiência profissional nas atividades de aprendizagem;
- Processo de aprendizagem centrado nas necessidades e peculiaridades do participante;

- Proposições de trilhas de aprendizagem a serem compostas pelos participantes;¹

8.4 Projetos de Ações de Educação

A fim de alcançar o nível de excelência pretendido para a Escola, cada projeto de ação de educação (e no que couberem os de pesquisa e de publicação) observará, necessariamente, pelo menos os quatro estágios fundamentais para o desenvolvimento de cada atividade, quais sejam:

1. **Definição das necessidades de capacitação:** etapa de análise detalhada de contexto, identificação das lacunas de competências;
2. **Planejamento da ação de educação:** fase de definição precisa dos elementos estruturantes da oferta e de detalhamento de objetivos, conteúdo, metodologias de aprendizagem, modalidade de oferta (presencial, a distância ou híbrida), tecnologias de suporte à aprendizagem, ambiente e estratégia de divulgação, entre outros fatores determinantes da qualidade da ação de educação.
3. **Execução:** momento da realização da ação de educação, oportunidade na qual as estratégias de aprendizagem e demais elementos do planejamento da ação são levados a efeito. Oportunidade também de eventual ajuste e correção de curso da proposta original, seguido do devido registro para fins de aperfeiçoamento posterior.
4. **Avaliação:** a avaliação pode contemplar três dimensões:

¹ Metáfora da tomada de uma “*lacuna de competência*” (diferença entre o que uma pessoa detém de capacidades e o que ela precisaria para realizar a contento suas atividades) como o desafio de transpor um “riacho” (necessidade de aprendizagem ou lacuna de competência). As “*pedras*” (*módulos* de aprendizagem) são disponibilizadas pela Escola e são escolhidas pelo participante, que as lança no curso d’água (compondo um *programa* de aprendizagem) para alcançar a outra margem (*objetivos* de aprendizagem).

- a. *Avaliação de reação*: instrumento de avaliação aplicado imediatamente ao final da ação de capacitação para fins de coleta das impressões sobre a atuação do docente, do ambiente de aprendizagem, do material didático e de apoio utilizado, do tempo, entre outros aspectos conformadores da oferta;
- b. *Avaliação de aprendizagem*: oportunidade de avaliação que deve, tanto quanto possível, contemplar o componente formativo (desenvolvido ao longo do processo de aprendizagem) e pode também ser realizado a partir de procedimento avaliativo sob a forma a ser definida.
- c. *Avaliação de impacto* (ou de efetividade): verificação da efetiva transformação no modo de proceder do participante no seu local de trabalho.

As avaliações, realizadas conforme os casos e na forma estabelecida na fase de planejamento da ação de educação, são importantes para o processo de retroalimentação da estratégia institucional da Escola e qualificação das suas ofertas em direção a excelência visada.

8.5 Eixos Temáticos

Tendo em vista o seu propósito essencial, os eixos prioritários de atuação da ESAP são os seguintes:

I – Ações de educação:

- **Cursos**
 - Cursos Livres: abertos – EAD (informativos e auto instrucionais);
 - Cursos de Aperfeiçoamento (oferta temática específica)
 - Cursos de Extensão (Universidades e outras IES)
 - Cursos Pós-Graduação (Universidades e outras IES)

- Público: agentes de controle interno municipais, agentes de fiscalização tributária, procuradores, gestores, parlamentares, assessores parlamentares, etc.
- Seminários, Encontros e congêneres;
- Grupos de estudo, Fóruns abertos permanentes, etc.

Programa ESAP Aberta

A disponibilização de um conjunto de cursos livres, palestras, materiais, etc. de acesso livre e gratuito.

II – Pesquisa e produção de conhecimento:

- Grupos de Pesquisa
- Política de acolhimento e coprodução de pesquisa

III – Publicações:

- Cadernos ESAP
 - Estudos temáticos específicos
 - Sínteses de trabalhos de conclusão, dissertações ou teses.
- Revista “Achados de Auditoria”
- Revista Científica da ESAP
 - Artigos científicos
 - Relatos técnicos (produção mais curta demonstrando casos práticos em administração pública)
- Livros
- Apostilas e demais formatos de materiais didáticos
- Outras publicações.

IX – Corpo Docente

O corpo docente da ESAP constitui seu principal esteio e ativo.

Integrado por profissionais que combinem **formação teórica e prática** em relação às diferentes áreas de conhecimento, associada à **competência didático-pedagógica**.

Composto mediante cadastro formado a partir de processo público de convite e seleção segundo critérios de alinhamento com as diretrizes e necessidades da Escola. Em caráter suplementar, a composição do cadastro de docentes também poderá ser realizada por convite.

A Escola manterá cadastro de docentes que comporão o seu **Quadro de Professores**.

Docente	Titulação Acadêmica	Atuação Profissional	Áreas de Docência

Além da titulação acadêmica, relevante para a sólida formação que se pretende e requer, é importante também valorizar a experiência profissional em ramos específicos do conhecimento a fim de também acolher como docentes, além de Auditores Públicos Externos do TCERS, profissionais de outros Tribunais, e Órgãos de Controle e Fiscalização, tais como agentes de Controle Interno federal, estaduais e municipais, da Administração Fazendária, Procuradorias, Ministério Público, além de professores em geral e outros devidamente reconhecidos ou alinhados com a temática de ensino, pesquisa e publicação em questão.

Políticas e ações de valorização:

- da carreira de **Auditores Públicos Externos**: docência como atividade remunerada e de valorização simbólica do profissional, da carreira e da instituição;

- do **Quadro de Docentes**: investimento em capacitação, premiações, reconhecimentos, etc.).

X – Infraestrutura da ESAP

1. Salas de aulas e capacidades:
2. Biblioteca:
 - Física: Protocolo de cooperação com a Escola Superior de Gestão e Controle do TCERS;
 - Eletrônica: estrutura do site institucional da ESAP.
3. Página na Internet
 - Endereço próprio e página do CEAPE:
www.esapescola.com.br
4. Ambiente Virtual de Aprendizagem:
 - *Moodle*

XI – Credenciamento

1. Registro no Conselho Estadual de Educação – CEEEd

XII – Certificação

1. Certificação pela ESAP:
 - a. Modelo de Certificado
 - b. Processo de Certificação
2. Critérios de certificação

Será considerado aprovado, e fará jus à certificação correspondente, o participante que concluir os Cursos com aproveitamento igual ou superior a 70%, bem como alcançar no mínimo 75% de presenças.

XIII – Público-Alvo

- **Audidores Públicos Externos do TCERS e outros Tribunais;**
 - Necessidades do Tribunal de Contas do RS - *parceria* com ESGC;
 - Diretrizes do Programa de Formação de Auditores do IRB (OLACEFS / INTOSAI)
 - NBASP 10, 12, 20, 30, 40, 100, 200, 300 e 400.
- **Agentes de controle interno municipais, agentes de fiscalização tributária, procuradores, gestores, parlamentares, assessores parlamentares, etc.**
 - Pesquisa junto a órgãos e entidades em parceria com associações, conselhos e outras entidades representativas.

XIV – Posicionamento Institucional da ESAP

- **Posicionamento:**
 - Lacunas de atuação da ESGC/TCERS
 - Colaboração com a ESGC
- **Espaços potenciais a ocupar:**
 - Controle interno municipal
 - Procuradorias municipais
 - Outros Estados
 - Outros países de língua portuguesa (internacionalização)

XV – Internacionalização da ESAP

Protocolos de cooperação e oferta de ações de educação alcançando órgãos e entidades de outros países de língua portuguesa e do Cone Sul, prioritariamente.

Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – OISC/CPLP [<http://www.oiscsplp.org/cplp/>]

Plano Estratégico 2017 – 2022:

https://portal.tcu.gov.br/data/files/C8/20/A8/41/DB43071076A7C107E18818A8/Plano_estrategico_OISC_CPLP.pdf

XVI – Áreas Temáticas de Conhecimento

A estrutura organizacional da ESAP compõe-se de *Áreas Temáticas de Conhecimento*, que apesar de diversas, devem, necessariamente, atuarem de forma integrada.

1. Administração Pública
2. Contabilidade Pública
3. Direito
4. Economia e Finanças Públicas
5. Engenharia
6. Tecnologia da Informação

Cada Área possui um Coordenador, cujas atribuições são:

- a) Propor e coordenar o corpo docente correspondente;
- b) Identificar demandas e temas emergentes relativos à sua área;
- c) Desenvolver e implementar instrumentos de planejamento de ação e de avaliação de resultados;

- d) Pensar de forma sistêmica a integração e a colaboração entre as áreas;**
- e) Desenvolver estratégias metodológicas de ensino e de avaliação;**
- f) Propor e coordenar ações de pesquisa e de publicação;**